

QUANDO A SITUAÇÃO DE ENUNCIÇÃO CEDE LUGAR À NOÇÃO DE ACONTECIMENTO: UM OLHAR SOBRE O DIVISIONISMO DE MATO GROSSO

Ana Carrilho Romero Grunennvaldt*
José Tarcísio Grunennvaldt**
Tânia Pitombo de Oliveira***

INTRODUÇÃO

O tema proposto para esse texto é a compreensão da constituição histórica do conflito divisionista posto no Estado de Mato Grosso pelo processo migratório instaurado na década de setenta do século XX. Foram tomadas as práticas discursivas produzidas pela mídia mato-grossense, pensando a produção de sentidos sobre este conflito nos processos de identificação do sujeito em sua relação com a memória e com a noção de discurso fundador.

Considerado por seus habitantes e pela população brasileira como periférico do desenvolvimento do centro sul e litoral do país e ombreado pela floresta amazônica, o Estado de Mato Grosso passou por um processo migratório que instaurou uma nova discursividade no país e, principalmente, no discurso estadual mato-grossense, que se vê frente a um turbilhão de novos sentidos que se encontram, se chocam, se deslocam; provocando uma reorganização discursiva que foge do *até então* e gera conflitos, dúvidas e embates.

O que se oferecia como aparente evidência de sentidos para o sujeito mato-grossense e a sua posição sócio-cultural – antes da instauração do processo migratório, passa a ser questionado em um processo de desestabilização e desnaturalização.

Nas três últimas décadas, a comunidade mato-grossense, entre perplexa e procurando marcar espaços geográficos, políticos e sócio-culturais é envolvida em um embate discursivo que, a partir das formações imaginárias constitutivas dos processos de linguagem, delimita espaços de identificação e de ancoragem.

* Universidade Federal de Mato Grosso – Doutora - Fapemat

** Universidade Federal de Mato Grosso – Doutor - Fapemat

*** Universidade Estadual de Mato Grosso – Doutora - Fapemat

Devido à vasta extensão do Estado mato-grossense, as práticas discursivas que constituem o *corpus* desse trabalho foram recortadas do funcionamento discursivo encontrado em jornais, revistas impressas e virtuais de maior tiragem e divulgação entre a população estadual.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é compreender a divisão que se mostra na língua e circula na mídia, principalmente, nas diferentes posições do sujeito, observadas nos cadernos sobre ‘política’ e em cadernos chamados pelos jornais como ‘de opinião’. Formulada como questão de território, enquanto representação imaginária, as leis são debatidas pela classe política e população, mas se pretende mostrar como a ligação entre ‘leis’ e ‘população’ é feita pelos políticos.

Para esta reflexão e compreensão dos sentidos que afloram e circulam na região norte do Estado de Estado de Mato Grosso, a análise do material constituído por entrevistas e depoimentos a partir de recortes de jornais locais impressos, virtuais e revistas; representativos dessa região, produziu recortes específicos, marcados, a partir das relações imaginárias constitutivas dos processos discursivos, por um forte posicionamento favorável à proposta de divisão territorial do Estado. Essa prática discursiva favorável ao processo divisionista, estabelece, por defender tal propositura, uma situação de confronto com os habitantes da região sul do Estado.

Para entender esse confronto, foi necessário deter-se também na prática discursiva dos habitantes da região sul do Estado de Mato Grosso que compreende a capital Cuiabá e seu entorno, região esta toda ela à luz de mais de 200 anos de colonização, e que devido às grandes distâncias, falta de estradas e comunicação com os grandes centros do País, viveu um grande período de isolamento sócio-econômico e da agenda cultural dos grandes centros do país.

Tomando o discurso como local privilegiado de observação da posição dos que se colocam fervorosamente contra o processo de divisão estadual na região sul do Estado, encontro práticas discursivas que reforçam o *ser de Mato Grosso, nascido aqui*, em posição de enfrentamento aos *paus-rodados* e *paus-fincados*, prática discursiva usada por esses habitantes quando se referem aos migrantes que se deslocaram de outros Estados para atender ao chamamento do governo brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 para o projeto de colonização da região norte do atual Estado de Mato Grosso.

Para analisar esse conflito, tomou-se como referência discursiva jornais de maior circulação na capital Cuiabá, e buscou-se compreender o funcionamento discursivo dos efeitos de sentidos postos pela primeira divisão estadual MT/MS (Mato Grosso/ Mato Grosso do Sul) e a constituição imaginária do sujeito migrante na sua relação com o sujeito mato-grossense “nascido em Mato Grosso”, refletindo sobre esse espaço da diferença em que o sujeito se constitui.

Em relação à região norte do Estado de Mato Grosso, o município de Sinop (1974/2007), como um dos lugares de referência para esta pesquisa é significativo em relação às condições de produção deste discurso divisionista porque é o maior centro urbano da região norte mato-grossense, conforme dados obtidos na prefeitura local. Contabiliza 66.000 eleitores e mais de 105.000 habitantes.

Destaca-se como pólo econômico no comércio, na saúde e na educação de uma região composta por 42 cidades e uma população total de aproximadamente 1,1 milhão de habitantes, conforme informações da prefeitura local.

Ainda conforme dados obtidos na prefeitura local, na esfera da educação, o município de Sinop possui duas Universidades Públicas (federal – UFMT, e estadual - UNEMAT) e quatro faculdades (UNICEM, FACENOP, FASIP e UNIC), totalizando 54 cursos oferecidos, e, em média, 5.718 acadêmicos, distribuídos nos cursos de Letras, Matemática, Pedagogia, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia de Produção, Arquitetura e Urbanismo, Medicina Veterinária, Agronomia, Zootecnia, Administração de Empresas, Administração Rural, Administração de Agronegócios, Administração de Marketing, Jornalismo, Fisioterapia, Enfermagem, Odontologia, Ciências Biológicas, Biologia, Ciências Contábeis, Ciências Naturais e Matemática, Farmácia Bioquímica, História e Economia e Turismo.

A economia está baseada na agroindústria que vem investindo em tecnologia. Destaque para a produção e exportação de madeira beneficiada. Com uma capacidade de armazenamento de 1.104.100 toneladas, a cidade também se destaca na produção de grãos e na pesquisa de arroz de sequeiro.

A prestação de serviço é outro importante segmento da economia local, seguido pelo comércio varejista e atacadista.

São 1.290 indústrias, 2.744 empresas do comércio varejista, 356 empresas do comércio atacadista e 4.541 empresas de prestação de serviços.

Na agroindústria, destacam-se algumas atividades como 05 frigoríficos bovinos, 02 frigoríficos suínos, 02 curtumes, 01 beneficiamento de polpa de frutas, 03 beneficiamentos de algodão, 04 beneficiamentos de arroz, 02 torrefações de café, 01 beneficiamento de borracha, 01 beneficiamento de guaraná em pó, 01 criação de avestruz, 01 fábrica de rações e 24 armazéns/silos para grãos.

No que se refere à mídia, o sistema de comunicação que atende a cidade de Sinop compreende 11 provedores de internet banda larga, quinze sites jornalísticos e de entretenimento. São 09 jornais impressos, 04 emissoras rádio, duas FM e duas AM e 05 emissoras de TV, que transmitem a programação das principais redes de televisão do país e, nos horários destinados aos jornais regionais, transmitem e incluem em sua programação os jornais locais.

São editados jornais impressos, virtuais e revistas que abrem espaço para notícias de cidades vizinhas, e que são considerados, pela população local, como representantes das idéias, projetos e pensamentos que dão voz a uma região.

O aeroporto conta com três empresas que oferecem vôos diários para a capital e algumas cidades ao norte. Sede de vários órgãos estaduais e federais, o que, segundo população local, a credencia como “futura capital do novo Estado”.

Assim, nesta análise, pretende-se refletir sobre a língua e a história na produção de sentidos, pensando a dimensão dos sujeitos, a dimensão da sociedade com suas instituições, precisando os mecanismos interpretativos postos na textualidade oferecida pelo discurso jornalístico, nas distintas posições dos sujeitos em que a ideologia é trabalhada como possibilidade de interpretação, em que a identidade “é um movimento na história (e na relação com o social)” (ORLANDI, 2004:122).

O ACONTECIMENTO DISCURSIVO DA PRIMEIRA DIVISÃO TERRITORIAL

Não é a cronologia dos dados que nos interessa, mas o fato, enquanto história, que continua fazendo sentido. Como diz P. Henry (1997:51):

(...) não há fato ou acontecimento histórico que não faça sentido, que não espere interpretação, que não peça que lhe achemos causas e conseqüências. É nisso que consiste, para nós, a história; esse fazer sentido, mesmo que se possa divergir desse sentido em cada caso.

É fundamental, nesse momento do trabalho, nos debruçarmos sobre o acontecimento discursivo da primeira divisão territorial de Mato Grosso para compreendermos que efeitos de sentidos perduram, possibilitando interpretações e gerando causas e conseqüências.

Para Malidier e Guilhaumou (1986), a noção de acontecimento discursivo é que dá lugar específico à enunciação na Análise do Discurso, fazendo intervir a questão do sujeito e da história. Segundo estes autores, “o sujeito se constrói em uma dispersão de enunciados da qual ele mesmo é o elemento unificador, sem, entretanto, introduzir a homogeneidade no interior da heterogeneidade. O sujeito se instala assim nos dispositivos de arquivo e intervém no exato momento em que algo é enunciado, relatado, categorizado, conceituado”. Aí é que a noção de situação de enunciação cede lugar à noção de acontecimento (ORLANDI, 2003:31).

Para Orlandi, (1999), fatos vividos reclamam sentidos e os sujeitos se movem entre o real da língua e o real da história, entre o acaso e a necessidade, o jogo e a regra, produzindo gestos de interpretação.

Neste sentido, a historicidade que nos interessa é o acontecimento do texto como discurso, compreender como os sentidos trabalham nessa relação. No acontecimento discursivo, procura-se compreender a língua não só como estrutura, mas como a inserção, o cruzamento, o encontro da língua na história, ou seja, em um fato, em um acontecimento que produz o discurso compreendido como *efeito de sentidos entre locutores*, (PÊCHEUX, 1999)

Tomando a língua como possibilidade de condição do discurso (Orlandi, 1999: 22), ou seja, local em que podemos observar as sistematicidades da língua como

condições materiais sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos, procurou-se questionar a fronteira entre língua e discurso nas práticas discursivas encontradas neste trabalho, ao assumir a posição teórica trabalhada por Pêcheux (1975), que nos diz que “essas sistematicidades não existem sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica. A relação é de recobrimento, não havendo, portanto, uma separação estável entre elas”.

Continuando a reflexão, é fundamental pensar que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. Para Orlandi (1999:48), “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história”.

Assim, a noção de acontecimento discursivo proposta pela Análise de Discurso e que é desenvolvida neste trabalho, pensa o encontro da língua, enquanto estrutura, com a história, como acontecimento, em um determinado contexto.

Os autores, Malidier e Guilhaumou, (1986), Paul Henry, (1997), Orlandi, (2003), Orlandi (1999), e Pêcheux(1999), permitiram compreender a *primeira divisão estadual*, assim denominada na prática discursiva mato-grossense, ocorrida em Mato Grosso no ano de 1977, como um acontecimento discursivo. Retomando o pensamento de Orlandi (1999) que nos afirma que “fatos vividos reclamam sentidos”, considero importante deitar um olhar sobre as idéias divisionistas que permeiam a história mato-grossense.

Para percorrer essas idéias, e partindo do princípio de que “o modo de constituição do sujeito é diferente nos modos como se individualiza (se identifica) na relação com as diferentes instituições, em diferentes formações sociais, tomadas na história em que trabalham as diferentes formas de confronto do político com o simbólico” (ORLANDI, 1999: 77), isso se evidencia em um texto jornalístico¹ do historiador mato-grossense Louremberg Alves² (2001), que nos afirma que este processo divisionista já fincava suas raízes no início do século, mais precisamente em 1932, quando eclodiu a chamada Revolução Constitucionalista.

¹ *A divisão de Mato Grosso*, Jornal A Gazeta, Cuiabá, quinta-feira, 10 de maio de 2001, p. 3A.

² Louremberg Alves é ocupante da cadeira n.º 06 da Academia Mato-grossense de Letras

Para o autor, “Mato Grosso dividiu-se política, cultural, econômica e ideologicamente de tal forma que o chefe do movimento, o General Bertholdo Klinger nomeou Vespasiano Martins, líder divisionista, governador da região Sul, com sua administração instalada em Campo Grande”, região sul do antigo Estado de Mato Grosso. Este fato estabeleceu a dualidade de governos no Estado, considerando que Cuiabá permanecia como capital.

Em 1921 havia sido criada a Região denominada Circunscrição Militar de Mato Grosso, atualmente denominado de Comando Militar do Oeste. Na época da Revolução Constitucionalista o Gal. Klinger adotara a seguinte posição:

Como General, e como comandante da Região, a chamada Circunscrição Militar de Mato Grosso, entendi, pessoalmente, que não devia calar-me diante da ousada provocação que o governo e os que o governavam lançavam à opinião pública e, particularmente, ao Exército(KLINGER, 1953:15).

As forças constitucionalistas foram derrotadas, mas a derrota do grupo divisionista não significou o fim da idéia separatista que renasce um ano depois sob comando do mesmo Vespasiano Martins através da Liga Sul-mato-grossense. Argumentava-se que a população do Estado era constituída de “povos distintos” e que “o Norte absorvia o Sul em rendas”, porque, segundo o autor, “enquanto a região sulista (Campo Grande)³ contribuía com a maior parte da receita estadual, Cuiabá absorvia quase toda a riqueza do Estado”.

Para Louremberg Alves, com a instalação do Estado Novo, as campanhas separatistas foram severamente reprimidas pelo interventor Júlio Strubing Muller que, apoiado por Getúlio Vargas, imprimiu uma censura à imprensa sulista no sentido de proibir quaisquer notícias e/ou comentários que mencionassem ou relacionassem a divisão de Mato Grosso. Mesmo com essa rígida censura, a idéia separatista ganha fôlego, principalmente, a partir da criação do Território Federal do Guaporé, posteriormente, denominado Território de Rondônia, no ano de 1943. Criado pelo Governo Federal, esse território é desmembrado de parte do Estado de Mato Grosso e

³ Inserção do texto.

parte do Amazonas, e, em homenagem ao sertanista mato-grossense Cândido Rondon, atualmente é denominado Estado de Rondônia.

Na mesma data foi criado também o Território Federal de Ponta Porã, na região sul de Mato Grosso, fronteira com o Paraguai e reincorporado pela Constituição de 1946 ao Estado de Mato Grosso.

Com o fim da ditadura Vargas e a eleição de Vespasiano Martins ao Senado (1945), a Liga Sul-mato-grossense retorna à luta, pressionando o Governo Federal pela divisão, movimento esse que ganha repercussão nacional, em função da cobertura dada por jornais cariocas e paulistas, o que fortaleceu sobremaneira o movimento pró-divisão. O próprio Presidente Geisel já tinha fixado as diretrizes fundamentais que deveriam nortear a divisão territorial do País, nas quais constava a aprovação da divisão de Mato Grosso.

Para o autor, novos sentidos se apresentam à região de Cuiabá e cidades vizinhas em relação à divisão do então Estado de Mato Grosso, já que, à época da primeira divisão estadual⁴, esses moradores eram denominados de nortistas em relação a Campo Grande:

Nesta altura dos acontecimentos, inúmeros nortistas, que até então eram contrários à divisão de Mato Grosso, passaram a aderir às idéias divisionistas. Talvez porque já estavam cansados da campanha de menosprezo que, ao longo destes anos, lhes era dirigida ou de revidarem as agressões sofridas ou porque perceberam que a divisão do Estado poderia liberar a região norte do “seu atraso sócio-econômico” e da opressão que era condenada pela carência de infra-estrutura.(ALVES, 2001)

E, continua o autor Louremberg Alves, em sua prática discursiva, marcando fortemente sua posição contra a divisão:

Dentro desse novo clima, o próprio Governador José Fragelli que, na surdina do seu cargo apoiava a campanha divisionista, passou a defendê-la publicamente (não o fez antes porque temia a reação contrária dos nortistas). Inclusive, o Governador começou a divulgar o seu projeto de divisão no qual Mato Grosso deveria ser dividido nos Estados de Campo Grande e Mato Grosso e em três Territórios, a saber: Aripuanã, Xingu e Araguaia. Isso, obviamente, retalhando toda região mato-grossense. Nesse meio tempo em Brasília o Governo Federal trabalhava na elaboração do projeto de lei que

⁴ A prática discursiva mato-grossense formula a divisão territorial ocorrida em 1977, como “a primeira divisão estadual” de Mato Grosso. Divisões territoriais anteriores como a criação do Estado de Rondônia que foi desmembrado parte de Mato Grosso e parte do Estado do Pará em 1943, não se apresentam como acontecimento discursivo “porque não se inscreveram em uma memória”, (PÉCHEUX, 1999).

criaria o novo Estado sem um único político do Norte (ao passo que os sulistas estiveram presentes). (ALVES,2001)

A redação do projeto ficou pronta e assinada em 1977, e, em setembro do mesmo ano, a Presidência da República a encaminhou ao Congresso Nacional sendo aprovada um mês depois em onze de outubro de 1977, consolidando a luta sul mato-grossense pela divisão pretendida em dois novos Estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Vejamos a distribuição territorial do Estado de Mato Grosso até 1977, e após a divisão territorial⁵:

MT - até 1977



■ Mato Grosso (MT) Capital Cuiabá

MT e MS – após a divisão estadual



■ Mato Grosso (MT) Capital Cuiabá.

■ Mato Grosso do Sul (MS)
Capital Campo Grande.

A prática discursiva divisionista se organiza, enquanto processo histórico, tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos. Desta forma, é necessário se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos para entender suas condições de produção, como organiza presente e passado, como este fato se projeta no futuro e influência novos acontecimentos determinados pela ideologia.

⁵ FONTE: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2f>

O acontecimento discursivo da denominada – primeira divisão estadual de Mato Grosso – permite compreender como o sujeito produz gestos de interpretação entre o real da língua e o real da história, em um movimento que possibilita refletir sobre o acontecimento do texto como discurso pela relação de encontro da língua com a história.

Vejam os recortes:

Mato Grosso dividiu-se política, cultural, econômica e ideologicamente de tal forma que o chefe do movimento, o General Bertholdo Klinger nomeou Vespasiano Martins, líder divisionista, governador da região Sul, com sua administração instalada em Campo Grande, região sul do antigo Estado de Mato Grosso. Este fato estabeleceu a dualidade de governos no Estado, considerando que Cuiabá permanecia como capital.

A temática da “divisão” é recorrente nas práticas discursivas que tratam do acontecimento da divisão estadual, como podemos observar em “Mato Grosso dividiu-se, líder divisionista, e dualidade de governos”.

E, ainda:

Argumentava-se que a população do Estado era constituída de “povos distintos” e que “o Norte absorvia o Sul em rendas”, porque, segundo o autor, “enquanto a região sulista (Campo Grande)⁶ contribuía com a maior parte da receita estadual, Cuiabá absorvia quase toda a riqueza do Estado.

Em “povos distintos” vê-se o funcionamento de constituição do sujeito nos diferentes modos como se individualiza (se identifica) na relação com as diferentes formas de confronto. Em um processo divisionista, se constitui, imaginariamente, a distinção entre sujeitos. Aqueles que “absorvem” e aqueles que “contribuem”.

Na relação com a mídia:

(...) a Liga Sul–mato-grossense retorna à luta, pressionando o Governo Federal pela divisão, movimento esse que ganha repercussão nacional, em função da cobertura dada por jornais cariocas e paulistas, o que fortaleceu sobremaneira o movimento pró-divisão. O próprio Presidente Geisel já tinha fixado as diretrizes fundamentais que deveriam nortear a divisão territorial do País, nas quais constava a aprovação da divisão de Mato Grosso.

Em “movimento esse que ganha repercussão nacional, em função da cobertura dada por jornais cariocas e paulistas, o que fortaleceu sobremaneira o movimento pró-divisão” mostra a força do discurso jornalístico que produz sentidos para os

⁶ Inserção minha.

acontecimentos diários, no amplo processo de organização política e sócio-cultural de uma sociedade.

E, na continuidade da reflexão:

Nesta altura dos acontecimentos, inúmeros nortistas (Cuiabá em relação a Campo Grande no ano de 1977)⁷, que até então eram contrários à divisão de Mato Grosso, passaram a aderir às idéias divisionistas. Talvez porque já estavam cansados da campanha de menosprezo que, ao longo destes anos, lhes era dirigida (...) o próprio Governador José Fragelli que, na surdina do seu cargo apoiava a campanha divisionista, passou a defendê-la publicamente (...) o Governo Federal trabalhava na elaboração do projeto de lei que criaria o novo Estado sem um único político do Norte (ao passo que os sulistas estiveram presentes).

Retomando Orlandi (1999), que nos afirma que “fatos vividos reclamam sentidos”, situo nos recortes acima um gesto de interpretação marcado pelos sentidos de aceitação em “passaram a aderir às idéias divisionistas”, pelo menosprezo sentido em “já estavam cansados da campanha de menosprezo que, ao longo destes anos, lhes era dirigida”, ou ainda porque “já estavam cansados (...) revidarem as agressões sofridas”.

Os sentidos de “aceitação, menosprezo, cansaço e agressões sofridas”, marcam o imaginário mato-grossense à época da primeira divisão estadual.

A desconfiança quanto à posição dos políticos que representam a região também é questionada em “o próprio Governador José Fragelli que, na surdina do seu cargo, apoiava a campanha divisionista, passou a defendê-la publicamente” e, ainda, a não participação nas decisões políticas, como vemos em “o Governo Federal trabalhava na elaboração do projeto de lei que criaria o novo Estado sem um único político do Norte”.

E, na seqüência,

Inclusive, o Governador começou a divulgar o seu projeto de divisão no qual Mato Grosso deveria ser dividido nos Estados de Campo Grande e Mato Grosso e em três Territórios, a saber: Aripuanã, Xingu e Araguaia. Isso, obviamente, retalhando toda região mato-grossense. Nesse meio tempo em Brasília o Governo Federal trabalhava na elaboração do projeto de lei que criaria o novo Estado sem um único político do Norte (ao passo que os sulistas estiveram presentes).

Em “o Governador começou a divulgar o seu projeto de divisão no qual Mato Grosso deveria ser dividido nos Estados de Campo Grande e Mato Grosso e em três Territórios, a saber: Aripuanã, Xingu e Araguaia. Isso, obviamente, retalhando toda

⁷ Inserção minha.

região mato-grossense”, os efeitos de “retalhando” marcam fortemente o acontecimento da primeira divisão estadual mato-grossense.

Os sentidos de “retalhados”, “divididos”, são postos no imaginário mato-grossense pelo acontecimento formulado como primeira divisão estadual produzindo como efeito final – mato-grossenses divididos.

Os sentidos da divisão territorial estão presentes na memória do povo mato-grossense, que assistiu o transformar de seu território em diversos contornos geográficos e movimentos discursivos moldados, a partir do século passado, por processos/sentimentos/desejos divisionistas.

Nessa memória, a mídia configura um espaço sobre os modos de se ver e se ler, ou seja, apresenta leituras dos acontecimentos, produzindo sentidos e memórias.

Utilizo a metáfora da fotografia proposta por Mariani (1999), ao pensar a relação sobre os *modos de ler o mundo pelo jornal/modos de ler o jornal pelo pesquisador*, que cita a afirmação de Barthes (1984), em que toda fotografia “é um certificado de presença”, e, ainda conforme o autor:

(...) a fotografia sempre traz consigo seu referente, ambos atingidos pela mesma imobilidade amorosa ou fúnebre, no âmago do mundo em movimento: estão colados um ao outro...

Temos, então, a ilusão de que aquilo que uma fotografia retrata, corresponde ao real fotografado. Esse flagrante de um movimento histórico pertence a realidades organizadas por um discurso com uma ordem própria, que não é da ordem do real, e representam um ponto de vista. Cada fotografia representa uma cena de acordo com certo ângulo de visão e de acordo com as possibilidades técnicas. Uma fotografia não capta o real na sua totalidade, ao contrário, há uma reconfiguração do que foi visto.

Como um olhar nunca é imparcial, uma fotografia representa sempre mais de um sentido, seja para o fotógrafo, para um observador, ou mesmo para um integrante da foto. Uma foto engloba a anterior e, provavelmente, será ressignificada por novos observadores em um processo dinâmico em que o histórico e suas leituras se misturam.

A mídia, assim como a fotografia – que parece captar um instantâneo e produz sentidos para este flash – produz sentidos para os acontecimentos diários no amplo processo de organização política e sócio-cultural de uma sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se de uma tese antiga, a idéia de divisão de Mato Grosso, com indícios perceptíveis desde o final do século XIX defendida por lideranças do sul do Estado. Chegou-se a ter um governador nomeado na época da reação constitucionalista de São Paulo e Mato Grosso de 1932 ao movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930. No entanto, a formalização legal se deu no mandato do presidente Geisel abstendo-se de realizar consultas à totalidade da população para atender, certamente, aos anseios de antigos setores da elite político-econômica da região sul do estado anterior à divisão.

Pensa-se ainda que não se pode descartar a hipótese da criação do novo estado ter sido uma aspiração antiga do Exército Brasileiro e com Geisel no poder central a criação de um estado localizado em uma região geográfica limítrofe com dois países e quatro estados brasileiros poderia representar a agilização da geopolítica militar e civil de toda a região circunvizinha.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Louremberg. **A Divisão de Mato Grosso**. Cuiabá, MT. 2001.

BARTHES, R. **A câmara clara**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, p. 129. In:

CAMPOS, L. **Falar poconeano: um estudo da variedade lingüística**. Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada no Ensino de Português como Língua Materna da acadêmica Liliane Maria de Campos, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista. Orientadora: Prof^a. Ms Tânia Pitombo de Oliveira. Sinop, 2006.

HENRY, P. A História não Existe? In: *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Dominique Maingueneau. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 3ª edição; Pontes, 1997.

KLINGER, B. . **Narrativas autobiográficas - Em continência à lei**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1953, v. VII.

MALDIDIER, D. & GUILHAUMOU, J. (1986) In: ORLANDI, E. **Língua e conhecimento lingüístico**. São Paulo, Editora Cortez, 1986.

MARIANI, Bethânia S. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda. (org.) **ENSAIOS. Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzatto, 1ª edição, 1999.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **Papel da Memória**. Campinas, SP; Pontes, 1999.

_____. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP, 4ª edição, Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. **Papel da memória**. Campinas, Pontes, 1999.

PÊCHEUX & FUCHS. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). IN *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1997.